

# Eleições e 'dominância circunstancial'

RUBENS PENHA CYSNE

Muitos veem com ceticismo a esperança que o país aloca às eleições vindouras. Primeiro, argumentam, as campanhas não estariam refletindo a contento visões e debates mais aprofundados da realidade brasileira. Segundo, tenderia a haver pouca mudança no Legislativo, criando uma tendência de se eleger não um novo presidente, mas apenas um novo refém do Congresso.

Para os que pensam dessa forma, visualizar o espaço de manobra do novo presidente e do novo Congresso como já essencialmente determinado pelas circunstâncias caracteriza maior previsibilidade e conforto.

A questão não é nova. Reflete, na realidade, uma das grandes indagações da história: saber até que ponto ela é comandada pelos indivíduos ou pelo contexto político e econômico.

Aparentemente, a balança tende mais para o lado circunstancial (ao invés de pessoal) quando mais óbvia a necessidade e menor o tempo para ação. A urgência seria amiga do consenso. Cirurgiões tenderiam a seguir caminhos distintos em uma operação plástica embelezadora. Mas não teriam muito o que discutir frente a um acidentado com fratura exposta.

O Brasil não é um acidentado com fratura exposta. Mas teima em praticar esportes cada vez mais radicais. Se isso o fizer se aproximar de uma forte crise, haverá pouco o que qualquer presi-

dente eleito possa fazer para divergir, nos primeiros anos a partir de 2019, em relação a receitas ortodoxas de estabilização monetária e fiscal. E à realocação do orçamento para as áreas nas quais a ação governamental é mais necessária.

A guinada do ex-presidente Lula para a ortodoxia econômica ainda durante a campanha presidencial, em 2002, é um exemplo de "dominância circunstancial". Reagiu, à época, ao forte nervosismo que tomou conta dos mercados.

*Não podemos nos dar ao luxo de perder mais quatro anos com uma eleição em que o novo presidente seja acusado de estelionato eleitoral logo ao início de seu mandato*

Exemplos desse tipo não faltam no processo político da América Latina. Também em função de ameaça de crise, Fernando Belaúnde teve que se ater muito mais ao receituário liberal do que pressupusera em sua campanha, após ser eleito para a presidência do Peru em 1980 (com o slogan "o Peru para os peruanos"). Em 1990 foi a vez de Fujimori derrotar a plataforma privatista de Vargas Llosa com apoio dos partidos de esquerda, para depois adotar medidas da cartilha liberal.

Na Venezuela, em seu primeiro mandato como presidente, Carlos Andrés Pérez estatizou a indústria petrolífera. Ao voltar ao poder, em

1989, acabou caracterizando seu governo pela implantação de fortes medidas de contenção fiscal ditadas pelo FMI.

No Equador, Lucio Gutiérrez ganhou as eleições de 2002 com plataforma antiliberal. Mas, em meio a crises, acabou por manter tais políticas.

Cabe um alerta. Nesse tipo de contexto, com necessidade de rápida adesão a medidas de contenção fiscal logo após as eleições, há limites para discursos de campanha mais distributivistas. O impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, no Brasil, teve parte de seu espaço político gerado em função da não observação desse fato.

Andrés Pérez e Lucio Gutiérrez foram dois outros exemplos de punição de inconsistência pós-eleitoral. Durante a campanha de 1988, Pérez classificou o FMI como "bomba de nêutrons" e o Banco Mundial como "genocida". Logo depois de eleito, implantou uma agenda de austeridade fiscal para conseguir um empréstimo do FMI. Acabou, tal como a ex-presidente Dilma, sofrendo impeachment. Lucio Gutiérrez teve que renunciar e pedir asilo imediato ao Brasil três anos após ser eleito.

Não podemos nos dar ao luxo de perder mais quatro anos com uma eleição na qual o novo presidente seja acusado de estelionato eleitoral logo ao início de seu mandato, pondo a perder seu capital político. Para evitar isso, é crucial que haja dose suficiente de realismo fiscal nessa campanha. ●

Rubens Penha Cysne é professor da FGV/EPGE